

# A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Natália Sandrini e Lorena Prestes

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-277-7

DOI 10.22533/at.ed.777192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.  
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Carlos Drummond de Andrade

O livro faz parte da publicação em três volumes na qual reúne trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades de diversas regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados. Por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil.

Meu primeiro desafio é em relação à escolha do discurso que irei adotar para tratar sobre o tema deste livro, já que a comunicação não pode ficar dúbia, tampouco simplória ou demasiadamente complexa, independentemente de quem venha a ser o interlocutor, seja filósofo, educador, mestre ou aluno.

Neste processo que aqui início, permito-me devanear sobre a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós na área das ciências humanas?

Contudo, como reconheceu Foucault, o começo de qualquer discurso é angustiante. Ele, que tratou o tema com seriedade e rigor, confessou o peso do início do discurso em sua aula inaugural no Collège de France, e em sua fragilidade humana, confessou: “Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível” (p. 5).

Escrever é como falar: uma captação de palavras, a busca, com a obstinação de um arqueólogo, pelas mais apropriadas para dar forma ao pensamento. Percebo que a língua é uma matéria-prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor ao confronto com a própria solidão, o embate com lacunas de algo que poderia estar ali e que, por isso mesmo, pode levar à confusão.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento. Quase sempre nos referimos à construção de saberes sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos, essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever, e por consequência, cada vez mais nos mantemos em solidão. E assim corremos o risco de nos afastarmos do mundo e dos papéis que, nas ruas, nas esquinas e em nossas casas e classes, tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns podem apontar que a fala de alguém não escolarizado compartilha e participa de uma produção carente, grosseira, desdenhativa, de senso comum. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários das pessoas para entender a vida, é uma configuração legítima e qualificada de conhecimento. Todavia, alguém poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas, e estamos aqui falando de sistemas de verdades produzidos pelas ciências humanas, não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades”. Nesse “esclarecimento”, torna-se explícita a notória divisão entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento das experiências de vida dos personagens que pretendemos pesquisar se evidencia diante das fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo e a ameaça de sofrermos agressões desse mundo que nos parece exterior nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial, e assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.

Walter Benjamin

Parece que estamos sempre no limite com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto concluído, nas diversas formas de registro, para recomeçarmos o mesmo ciclo logo em seguida. Estamos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida. Se isto por si só não fosse suficiente, acabamos nos tornando “pessoas-produtos” por conta da constante avaliação em relação ao que produzimos. O próprio jogo institucional nos classifica como pesquisadores melhores ou piores, medianos ou brilhantes, e nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a nos enxergar sob a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos, assim, vaidosamente uns dos outros, como se estivéssemos ofuscados por um enclausuramento defensivo.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e analisamos sua natureza em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas, codificadas em livros e artigos que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos nos manter intactos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, neste período histórico, isso a que chamamos de *estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, uma escola

inclusiva, oposta àquela em que nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissíveis entre si.

Uma questão que me desanima é a seguinte: afinal, o que estamos fazendo com o cuidado de si a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998), “De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” (p.13).

O retorno transformador do conhecimento para aquele que o detém deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar separado do processo de produção do conhecimento enquanto tal, conforme pondera Foucault:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? [...] O “ensaio” [...] é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento (FOUCAULT, 1998, p. 13).

Foucault nos convida a filosofar como um exercício de (re)escrita de si, por meio de

práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1998).

A importância das ciências humanas para a produção de conhecimento, no entanto, não se resume somente à área da educação, mas abrange a nós como um todo, já que habitamos os espaços nos quais, institucionalmente, conferimos materialidade às faculdades de educação. Todavia, coloquei-me como membro desta e escrevo como parte dela. Portanto, faço parte do jogo que pretendi desnudar.

E ainda perseguindo a ideia de que nossa produção por vezes se torna uma compulsão, que não nos permite ter tempo para nos deleitarmos com o que produzimos, tento pensar como sair efetivamente desse impasse.

Em certas circunstâncias, creio que nos iludimos ao pensar que, quanto mais aprendemos, mais teoricamente afinados ficamos e mais temos a ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que de fato ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, é um desejo semelhante ao movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de fora, mas que pode ser praticada no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno, em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E que talvez não seja possível estabelecer como e de que maneira o atende.

O que sabemos é o ponto de partida da nossa oferta, e não a satisfação da demanda daquele que busca conhecimento.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações de época em época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas maneiras particulares de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que é válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo determinado pela situação.

Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação, inicialmente abordaremos o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin, de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica para acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
POLIFARMÁCIA NO IDOSO: O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DAS IATROGENIAS	
Cláudia Fabiane Gomes Gonçalves Samara Maria de Jesus Veras Maria Aparecida de Souza Silva Rebeca Cavalcanti Leal Cynthia Roberta Dias Torres Silva Ana Karine Laranjeira de Sá Valdirene Pereira da Silva Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7771924041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
PRAZER E SOFRIMENTO DOCENTE NA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA: UMA REVISÃO TEÓRICA NA PERSPECTIVA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	
Chancarlyne Vivian Letícia de Lima Trindade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7771924042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
RELAÇÃO ENTRE A ESCOLARIDADE E A COGNIÇÃO EM PESSOAS IDOSAS DO DEPARTAMENTO DO IDOSO DA FUNDAÇÃO PROAMOR DE PONTA GROSSA-PR, BRASIL	
Fabio Ricardo Hilgenberg Gomes Gislaine Cristina Vagetti Aline Bichels Luana Suemi Fujita Cinthia Fernanda da Fonseca Silva Valdomiro de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7771924043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
RELATO COM A PRÁTICA DE ENSINO ATRAVÉS DO ESTAGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II	
Edison Vieira Gonçalves Junior Diego Paschoal de Senna	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7771924044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>41</b>
RESILIÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS: PERCURSOS	
Sheila Marta Carregosa Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7771924045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>51</b>
SOBRE O SUICÍDIO: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE KARL MARX	
Érika de Freitas Arvelos, Tayná Bonfim Mazzei Mazza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7771924046</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
TAMBORIL: LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO, PARÂMETROS AMBIENTAIS E PRIMEIROS DADOS ARQUEOMÉTRICOS	
Sônia Maria Campelo Magalhães Ennyo Lurrik Sousa da Silva Heralda Kelis Sousa Bezerra da Silva Luis Carlos Duarte Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7771924047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
TRABALHO E DEVOÇÃO: A RECONSTRUÇÃO DA CAPELA DE SÃO JOÃO MARIA EM COCHINHOS, IRATI-PR, DÉCADA DE 1960	
Victor Huggo Lopes do Amaral Valter Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7771924048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
TRABALHO E ESCOLA: RELAÇÕES QUE PERMEIAM A ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO	
Andreia Tavares Angela Maria Corso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7771924049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>109</b>
TRABALHO, APOSENTADORIA E LAZER COMO HABITUS SEGUNDO IDOSOS QUE FREQUENTAM A ASSOCIAÇÃO BANESTADO EM PONTAL DO PARANÁ-PR	
Carla Roseane de Sales Camargo Rita de Cássia da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>120</b>
TRANSPORTE COLETIVO: LUGAR DE DESEJOS E CONTRADIÇÕES NA CAPITAL PIAUIENSE (DÉCADA DE 1970)	
Cláudia Cristina Da Silva Fontineles Allan Ricelli Rodrigues De Pinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>134</b>
UM DEBATE AINDA NECESSÁRIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FORMAÇÃO E AÇÃO DOS PROFESSORES DE UM COLÉGIO DA REDE ESTADUAL DE PELOTAS-RS NA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR	
Letícia Campagnolo Cavalheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>139</b>
UMA ANÁLISE DO OLHAR DOS ALUNOS ACERCA DO USO DE DOCUMENTÁRIOS DO CANAL HISTORY CHANNEL EM AULAS DE HISTÓRIA	
Maria Paula Costa Tainá Raue dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240413</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
UNIVERSIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: NOTAS SOBRE UMA INVESTIGAÇÃO COM JOVENS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DAS PERIFERIAS DE GOIÂNIA, LISBOA E MADRID	
Rosane Castilho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>154</b>
VERDADE, VEROSSIMILHANÇA E PROGRESSO CIENTÍFICO EM POPPER	
Sebastião Maia de Andrade	
Aristides Moreira Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>163</b>
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. MALLETT/PR, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Valdinéia Strugala	
Valter Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>174</b>
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL E INCLUSÃO ESCOLAR NA UNIVERSIDADE	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>185</b>
FILOSOFIA AFRICANA E A LEI 10.639/2003	
Danilo Rodrigues do Nascimento	
Flávia Rodrigues Lima da Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>194</b>
INFLUÊNCIA DA IDADE NA MEMÓRIA E COGNIÇÃO DE IDOSOS FREQUENTADORES DE UM PROGRAMA DE EXERCÍCIO FÍSICO SUPERVISIONADO	
Bianca Yumie Eto	
Giovana Gomes dos Santos	
Maria Carolina Rodrigues Salini	
Regina Celi Trindade Camargo	
Claudia Regina Sgobbi de Faria	
Franciele Marques Vanderlei	
Laís Manata Vanzella	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>205</b>
NORMALIDADE E DIFERENÇA: VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Akeslayne Maria de Camargo	
Iris Clemente de Oliveira Bellato	
Louise Gomes de Pinho	
Emília Carvalho Leitão Biato	
Barbara E. B. Cabral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.77719240420</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>219</b>

## SOBRE O SUICÍDIO: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE KARL MARX

**Érika de Freitas Arvelos,**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Uberlândia- MG

**Tayná Bonfim Mazzei Mazza**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Uberlândia- MG

**RESUMO:** O presente artigo consiste em um estudo de base documental e bibliográfica no tocante ao método científico Materialismo Histórico Dialético, desenvolvido por Karl Marx. A obra central que embasa nosso estudo, escassamente conhecida pelos seus leitores, intitula-se, *Sobre o Suicídio*, escrita em 1846, durante o seu exílio em Bruxelas. Almeja-se aludir como a teoria científica de Marx nos fornece elementos significativos para pensar o fenômeno do suicídio na sociedade capitalista contemporânea. Dada à amplitude do tema, certamente foi feito um recorte científico do problema, de forma que este trabalho se propõe a analisar, à luz da teoria de Marx, apenas os casos de suicídios no Brasil, a partir do 1º boletim de suicídio, publicada pelo Ministério da Saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Suicídio; Karl Marx; Materialismo Histórico Dialético; Sociedade Contemporânea.

**ABSTRACT:** The present article consists in a

bibliographical study concerning the scientific method of Dialectical Historical Materialism, developed by Karl Marx. The central book that underlies this study, scarcely known to its readers, is entitled *The Suicide*, written in 1846, during his exile in Brussels. It is sought to allude how a scientific theory of Marx provides us indicators for the thought of suicide in contemporary capitalist society. Given the breadth of the subject, a scientific cut of the problem was certainly made, so that this paper proposes to analyze, in the light of Marx's theory, only the suicide cases in Brazil, as of the first suicide bulletin, published by the Ministry of Health.

**KEYWORDS:** Suicide; Karl Marx; Dialectical Historical Materialism; Contemporary Society.

O Homem parece um mistério para o Homem; sabe-se apenas censurá-lo, mas não se o conhece.

Karl Marx

### INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em um estudo teórico-bibliográfico que pretende analisar o suicídio como um fenômeno complexo, que pode ser compreendido a partir das bases

materiais da história. O objetivo central foi o de agenciar o método criado por Karl Marx para analisar e pensar criticamente a sociedade capitalista e seus problemas mais prementes. Em acordo com esse objetivo desenvolvemos uma análise do suicídio pensando ser este um dos mais graves problemas gerados na e pela sociedade capitalista.

Para tanto, apresentamos inicialmente um panorama geral de como o suicídio é interpretado nos primórdios das polis na Grécia Antiga. Em sequência, passamos à análise do suicídio nas sociedades capitalistas. Para iniciar este estudo é crucial o levantamento do contexto geral em que surge esse modo de produção capitalista, e os acontecimentos que levaram ao seu advento, como a Revolução Industrial, o êxodo rural, a divisão social do trabalho, assim como os problemas iniciais gerados por esse modo de produção, tais como as condições de trabalho precarizadas, e a enorme desigualdade dos meios de produção. Seguimos ao surgimento da Sociologia como ciência que buscava compreender esses inúmeros problemas que eclodiram pós Revolução Industrial. Apresentamos, de forma sucinta, a análise de Émile Durkheim a respeito do suicídio, e a sua tipologia das formas de suicídio existentes segundo este autor.

Em seguida expõe-se o livro de Marx, “Sobre o suicídio” como meio de começar a elucidar uma análise do suicídio. Em contraponto, apresenta-se o método do Materialismo Histórico assim como a noção de indivíduo segundo Marx e Engels, pensando como este método nos ajuda a pensar o suicídio nas sociedades capitalistas. Para esta análise, abordamos o suicídio por um viés interdisciplinar, que nos permitiu uma análise mais rica de um fenômeno tão complexo.

## **SOBRE O SUICÍDIO: CONCEPÇÕES GERAIS**

Para uma compreensão histórico-social do suicídio é necessário compreender tanto a noção de indivíduo que comete o ato, quanto o próprio fenômeno enquanto construção histórica e social. Segundo Vigotski (1987), estudar dialeticamente um fenômeno, significa estudá-lo em seu processo histórico, na sua gênese e nas suas transformações. De acordo com Nilson Netto (2007, p. 12) o relato mais antigo existente a respeito do suicídio data de 2.500 a. C., na cidade de Ur, na Mesopotâmia, quando doze pessoas ingeriram uma substância envenenada e esperaram a morte. Havia também, entre diferentes povos da Antiguidade, a ideia de que uma morte violenta, causada pelo feito guerreiro, garantiria um lugar especial no pós-morte. Nilson Netto, citando Kalina & Kovadlof (1983, p. 51), indica que nas sociedades chamadas bárbaras pelos gregos, como as egípcias e hindus, a “indução franca ao suicídio por parte da comunidade tinha um sentido cultural legítimo e benfeitor, já que preservava a identidade do grupo”.

Na Grécia Antiga houve um período em que o suicídio se tornou extremamente

tolerável, sobretudo nas cidades de Atenas, Marselha e Cea, onde se desenvolveu a Cicuta, bebida venenosa advinda de plantas. Essa bebida era utilizada para condenações, como foi o caso do filósofo Sócrates, condenado a beber o veneno por suas tentativas de esclarecer os jovens de sua época, e que é interpretado também como suicídio, uma vez que por suas influências políticas ele poderia ter fugido do seu destino, no entanto aceita sua condenação, já que o contrário sacrificaria todas as suas ideias e virtudes pelas quais viveu toda a sua vida. A cicuta também era utilizada em outros casos, para “aqueles que defendessem seus motivos perante o senado para obter permissão oficial para se suicidar”. (NETTO, 2017, p. 14). Havia, inclusive, *Pisithonata*, aquele que se intitulava o “professor da morte” e que preconizava seus discípulos ao suicídio. Dentre os cínicos, o desapego a vida era um de seus pressupostos, tendo em sua máxima de que aqueles que não pudessem viver de forma razoável, deveriam por fim a sua vida.

Segundo Alvarez (199, p. 72 apud NETTO, p. 16), Platão, apesar de entender o suicídio como um ato condenável, para os homens que não encontravam na vida a moderação, considerava o suicídio como uma opção, um ato racional e justificável, no caso de homens com doenças dolorosas ou coibições intoleráveis. Para os estóicos, o suicídio poderia ser a mais desejável e razoável de todas as saídas, se ela permitisse o cessar da dor de um indivíduo. Para os estóicos, o importante era viver de acordo com a natureza e caso isso se tornasse inviável, o suicídio poderia ser uma solução plausível para este problema. O importante é a compreensão de que na Grécia Antiga o suicídio era discutido pelos filósofos clássicos de forma racional e sensata, sem a existência de tabus como temos hoje.

Essas questões nos remetem a nos perguntar qual a leitura do suicídio enquanto fenômeno nas sociedades capitalistas em que vivemos hoje, e que carece, antes disto, contextualizar de que forma e em que momento surge o modo de produção e as sociedades capitalistas, assim como os problemas advindos deste sistema.

## **DO SURGIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS PRIMEIRAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS A RESPEITO DESTES SISTEMA**

É certo que toda atitude humana, bem como sua produção cultural, gera história. Toda relação do homem com o homem e com o seu ambiente, gera cultura. Por meio da transformação da natureza surgem no processo histórico novos modos de produção cultural, de subsistência, de relações inter-humanas. Fazendo um recorte desde o feudalismo, buscamos compreender a decadência desse sistema, que permitiu um novo sistema surgir: o capitalismo.

Uma sequência de fatores ocorreu para que o feudalismo começasse a ruir a partir do século XIII, dentre eles estão o fato de que a sociedade ruralizada e dominada pelas mentalidades do clero cedeu espaço para flexibilização; a agricultura

de subsistência deu lugar a busca de excedentes produtivos para a comercialização; a ordem social burguesa rompeu com os entraves dos rigorosos e quase inflexíveis pensamentos católicos romanos. Ao mesmo tempo, mudanças na política também ocorriam, fazendo surgir ideias de centralização, exigência para a consolidação da vida comercial e urbana. Todas essas transformações de mentalidade permitiram um movimento chamado Renascimento. Com essa nova visão passou-se a exaltar a razão dentro de um mundo que, embora aceitando devotadamente a existência de Deus, passava a valorizar atitudes intelectuais do antigo mundo greco-romano pagão. O Renascimento colocou o homem no centro de toda a ciência, a figura humana nesse período era a grande fonte de inspiração para escritores, pintores, escultores e cientistas. Com isso, a realização terrena passava a ser tão importante quanto a preparação para o paraíso. Tal princípio vinha de encontro ao que esperava a nova sociedade em formação: praticidade e ambição.

Alguns setores, no século XVII, já enxergavam o absolutismo como obsoleto. O Estado centralizado havia atingido seus objetivos ao favorecer a economia mercantilista, mas o rei passava a ser visto como um enorme estorvo pela burguesia, ansiosa por obter o controle político. E por ideias que surgiam sobre o liberalismo político e econômico, surge um novo movimento, o Iluminismo, também chamado de Séculos da Luzes. Esse movimento se deu já no século XVIII, e se pautava na crença da possibilidade do esclarecimento, a iluminação para o progresso da humanidade por meio do rigor da ciência. Um movimento que pode ser explicado a partir da máxima de Francis Bacon: “Saber é poder”. As teorias sociais, políticas e econômicas do Iluminismo, expressavam o desejo de ver uma sociedade que exaltasse a prática científica, e preparavam o que seria o Estado a partir do século XIX: prático, constitucional e representativo dos interesses do capitalismo industrial que surgia.

Fatores como a acumulação de capital por meio da expansão inglesa; o advento do liberalismo político; a expropriação maciça de camponeses e a transformação de suas terras em mercadoria, por meio de novas leis de terras (cercamentos), permitiu com que o capitalismo industrial emergisse a partir de meados do século XVIII na Inglaterra, expandindo-se por outras regiões no século seguinte. Com a expansão da Revolução Industrial, passou-se a entender o capitalismo industrial como um sistema em que o trabalho é predominantemente comercial, a economia vê a produção como mercadoria. Nesta chamada revolução ocorre um processo de transformação nas formas de produção, que antes era movida pela manufatura, e agora é movida pela maquinofatura, pela máquina a vapor.

A Revolução Industrial significou mais do que uma virada de página técnico-científica. Representou uma mudança social profunda na vida dos indivíduos por não se preocupar com os impactos e custos sociais e ambientais do processo. Inicia-se nos primeiros tempos do industrialismo uma profunda mudança nas relações sociais, principalmente no que diz respeito ao trabalho.

A primeira questão é que o trabalho passou a ser baseado na relação entre os

capitalistas, os detentores dos meios de produção, e os trabalhadores, os que vendiam sua força de trabalho. Com a mecanização do processo de produção o trabalho era exaustivo e repetitivo, havia o controle do tempo para produção, pois esta tinha que ser precisa e rápida, soma-se com essas características longas jornadas de trabalho (dezesesseis a dezoito horas/dias). As mulheres passaram a trabalhar nas fábricas, suas tarefas eram equivalentes aos serviços dos homens, mas seus salários eram inferiores aos deles. As crianças também foram alvos desse novo sistema, o trabalho infantil nas fábricas era almejado pelos burgueses pelo baixo pagamento dispendiado. Um dos resultados mais perversos de todo esse processo produtivo era que os trabalhadores não estavam expropriados dos resultados do processo produtivo, mas estavam expropriados dos resultados do processo, pois não possuíam o que produziam.

As condições insalutíferas no trabalho extrapolavam o território fabril, as condições sociais de sobrevivência eram precárias devido à falta de saneamento básico, a fome, a miséria, a doença entre outras questões. Essa era a realidade operária inglesa. Por outro lado, a Revolução industrial se expandia a partir do século XIX, isso significa que a industrialização inglesa espalhava-se pelo mundo, na então chamada Segunda Revolução Industrial, levando os mesmos aspectos a Europa continental, pela Bélgica, França, Rússia e partes do que seria hoje a Itália e Alemanha, depois de um tempo chegando ao Estados Unidos e ao Japão. Levando a intensas mudanças também no campo político, generalizando-se as ideias liberais que pregavam a menor intervenção do Estado nas questões econômicas. No caso das relações internacionais ocorrendo as explorações de novas colônias.

Diante dessa condição que surge a necessidade da emergência de uma Ciência que explique essas mudanças; será a Sociologia que aparecerá para explicar esses fenômenos. As Ciências Sociais possuem três autores clássicos, Émile Durkheim, Marx Weber e Karl Marx. Considerando o suicídio como elemento central das discussões deste seminário, apenas Durkheim e Marx serão abordados, haja vista que são os pioneiros nos estudos sobre o suicídio nas Ciências Sociais.

Émile Durkheim, ao lado de Auguste Comte, foi um dos grandes teóricos da Sociologia e dos princípios positivistas (cientificistas), mas diferentemente de Spencer e Comte, preocupou-se mais com a prática do que com a teoria. Para Durkheim, a sociedade prevalece sobre o indivíduo, o que significa dizer que na vida social o indivíduo defronta-se com regras de conduta que não foram criadas por ele, mas às quais deve submeter-se e obedecer mediante o acontecimento da vida coletiva. Nesse sentido, Durkheim escreve “O suicídio”, uma análise desse fenômeno a partir da sua teoria que por sinal apresentou grandes contribuições para a compreensão do fenômeno suicídio. O ponto nevrálgico do seu estudo é ter vislumbrado o suicídio como um fenômeno social. Durkheim entende por suicídio: “[...] Todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia produzir este resultado.” (1983 p.167). Durkheim (1986) reconhece a particularidade dos suicídios e constata que existe uma unidade,

individualidade, conseqüentemente uma natureza própria, e que, ademais, é uma natureza eminentemente social. A análise da “coisa” (analisar os fatos sociais como coisas) suicídio é feita a partir do método positivista.

Em primeiro lugar, segundo Teixeira (2002), Durkheim faz o recorte do tema (o suicídio), depois apresenta suas ocorrências no tempo e espaços distintos, posteriormente, comparara essas taxas entre si e com base nessas comparações busca uma explicação social da coisa (explicar as causas do suicídio). Com base em seu estudo, Durkheim cria as chamadas *correntes suicidogêneas*.

Em suas análises, estabelece quatro tipos de suicídio existentes. O suicídio anômico é aquele que ocorre quando a sociedade como um todo está passando por situações de anomia social, ou ausência de regras que mantenham a coesão social. O caos provocado por diferentes crises na sociedade, como no caso da crise econômica, pode levar o indivíduo a perder o sentido de sua vida, ficar desorientado, perdido, sendo levado ao suicídio. O suicídio altruísta é aquele em que o indivíduo sente a pressão das forças sociais sobre si. Ocorre quando pessoas se subordinam às expectativas coletivas, e são levadas ao suicídio por motivos coletivos, tais como indivíduos que morrem em guerras acreditando estarem defendendo o seu país. O suicídio egoísta ocorre quando os indivíduos se sentem totalmente apartados da sociedade; são pessoas que possuem fortes laços familiares e de trabalho, junto a grandes responsabilidades e obrigações sociais. Quando esses laços são enfraquecidos ou se rompem, o indivíduo pode recorrer ao suicídio como forma de expurgação da pressão ou dor gerados por esses rompimentos. Por fim, Durkheim teoriza o suicídio fatalista, trabalhado de forma marginal em suas obras, mas de igual importância, em que há uma superregulação da sociedade sobre os indivíduos, quando a sociedade cerceia de forma tão intensa a vida dos indivíduos que o suicídio serve como libertação dessas amarras.

Cinquenta anos antes de Durkheim, Marx publica a obra “Sobre o suicídio”. É importante chamar atenção que essa obra não se trata de um trabalho científico, mas de anotações do caderno de Marx, escrito durante seu exílio em Bruxelas, portanto, trata-se de comentários das análises de Jacques Peuchet. Segundo Löwy (2016) tanto para Marx como para Peuchet, a crítica da sociedade burguesa não se limitava apenas a questão da exploração burguesa (por mais importante que ela seja), mas também dava ênfase em outros fatores, como a configuração da família. Marx se refere ao trabalho de Peuchet, como escritos de grande valor, pela ácida crítica social francesa, pela denúncia das relações privadas e as relações familiares. Entre essas críticas uma das mais fortes e imprescindíveis para pensar o suicídio na sociedade capitalista é a denúncia das condições de vida na sociedade que se modernizava, considerado estes um dos fatores que explicavam os suicídios nessa época, entre eles: os males econômicos do capitalismo, como o desemprego, os baixos salários e a miséria, Löwy (2016).

Marx já sinalizava para a questão da superação da estrutura social para mudança desse quadro de suicídios. Concomitantemente, denunciava a exploração

dos burgueses, chamava atenção para a questão da classe, alienação entre outras perquirições. O setor social que ganha uma atenção mais cuidadosa e central na obra, tanto nos enxertos como nos comentários de Marx é o das mulheres. Com efeito, segundo Löwy, “esse texto é uma das mais poderosas peças de acusações à opressão contra as mulheres já publicadas”.

Interessa-nos entender como a teoria de Marx nos auxilia a analisar o suicídio nas sociedades contemporâneas, assim como sua variedade de implicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Karl Marx, antes de tudo, constrói a sua teoria realizando uma inversão do Idealismo hegeliano, corrente filosófica da qual ele fez parte e posteriormente rompeu. Hegel revisou a pensamento idealista de Kant, pois disse que sua filosofia não havia sido crítica o suficiente. Para Hegel, Kant errou em não levar em consideração que a consciência do indivíduo não está completamente formada, mas que é fruto de uma construção dialética que se dá com as relações no mundo em que vivemos. Sendo que essa consciência, por assim ser, é para Hegel, aquilo que incorpora e altera a realidade. Por isso mesmo, ele afirma que são as ideias que transformam o mundo.

Da mesma forma, Marx, vai revisar o pensamento de Hegel e vai fazer a mesma análise que Hegel destinou a Kant: de que sua filosofia não era suficientemente crítica. Para Marx, faltou a Hegel levar em consideração que o processo de formação da consciência do homem é determinado pelo processo de transformação da realidade concreta. Assim, da mesma forma que Hegel afirma que a consciência do indivíduo é que vai determinar o modo de produção da sociedade. Marx, declara o contrário, que é o modo de produção que irá determinar a consciência do indivíduo. Por isso mesmo podemos dizer que Marx vai propor um hegelianismo às avessas. No entanto, o que exatamente significa dizer que a consciência é determinada pela sociedade?

Hegel vê a formação da consciência como processo na história. Para Marx, apenas essa afirmação é insuficiente, pois essa consideração apenas leva em conta o plano das ideias, deixando de lado o plano da realidade concreta, material. Para Marx, o homem até pode ser caracterizado como ser racional, que possui linguagem, mas, para ele, o que é determinante para explicar a condição humana é o trabalho. É por isso mesmo que ele fala que a consciência se dá pelas relações de trabalho em uma sociedade. Para ele, sempre existiu em toda sociedade o trabalho, mas foram as condições de trabalho de cada uma das sociedades que determinaram a consciência dos indivíduos.

Conforme as relações de trabalho mudam com o tempo, a consciência também muda. Essas afirmações mostram que, para Marx, não existe uma natureza humana fixa, e sim uma variável de acordo com o tempo, o lugar, e as relações de trabalho existentes. Pois para ele, não é o espírito que é o fundamento da natureza, como queria Hegel, mas a natureza é o fundamento do espírito. Nesse sentido, o homem para Marx só poderia ser então a própria história do homem; a história das relações de trabalho. E o nome que Marx deu para o estudo das relações de trabalho nas diversas

sociedades foi materialismo histórico dialético

Outro aspecto importante da filosofia de Marx é a dialética que ele resgata de Hegel, que por sua vez, resgatou o conceito de Heráclito de Éfeso. Dialética significa movimento, constante fluxo, transformação, da mesma forma que pode arremeter a uma ideia de contradição, de luta entre opostos. Assim, por ser Hegel um filósofo classificado como dialético, ele concebe a realidade como um processo em constante modificação, dentro de uma visão teleológica, na qual a história está rumando para o Estado moderno absoluto. Marx, juntamente com Friedrich Engels, é o pai da corrente de pensamento que foi denominada de materialismo histórico dialético. E porque dialético? Pois para Marx, como herança do idealismo hegeliano, também acredita que no processo histórico, o movimento do real é causado pela oposição constante de polos antagônicos. E quais seriam esses polos? A Burguesia e o proletariado. Sendo assim, podemos compreender os pressupostos metodológicos marxianos da seguinte forma: as condições materiais de uma sociedade determinam as suas possibilidades históricas; a contradição, que gera o movimento da realidade, é também material, e se manifesta, sobretudo, nas classes sociais antagônicas. Por isso mesmo, Marx afirma em Manifesto do Partido Comunista que a história de todas as sociedades tem sido a história da luta de classes.

Para Marx e Engels, o Estado nem sempre existiu. O nascimento do Estado para esses autores se deu a partir da divisão social do trabalho. Enquanto a divisão social do trabalho é apenas rudimentar, todos os membros da sociedade exercem, alternada e praticamente, todas as funções sociais. Não há Estado. No entanto, ao longo da divisão social do trabalho o Estado se desenvolve e a sociedade se divide em classes; surge o Estado e é definida a sua natureza: aos membros da sociedade como um todo, é negado o exercício de certo número de funções; só uma pequena minoria toma o exercício dessas funções. Assim, para Marx e Engels, o Estado nasce da necessidade da sociedade, no entanto, já nasce tendencioso a uma parcela minoritária, a classe dominante da sociedade, a burguesia.

Marx, a todo momento, buscou demonstrar que no capitalismo permanentemente haveria injustiça social, e que o único jeito de uma pessoa ficar rica e ampliar sua fortuna seria explorando os trabalhadores, ou seja, o capitalismo de acordo com Marx é bárbaro, pois o operário produz mais para o seu patrão do que o seu próprio custo para a sociedade. Da mesma forma, o capitalismo se apresenta necessariamente como um regime econômico de exploração, sendo a mais-valia o excedente que sai da força de cada trabalhador - a lei fundamental do sistema. O que Marx desejava é a inversão da pirâmide social, ou seja, pondo no poder a maioria, os proletários, que seria única força capaz de destruir a sociedade capitalista e construir uma nova sociedade, socialista.

Para Marx, o modo de produção capitalista faz com que instituições políticas se tornassem instrumentos a serviço da reprodução da estrutura de classes, o que causa seus efeitos, como a alienação. A alienação é um processo de exteriorização

de uma essência humana e do não reconhecimento desta atividade enquanto tal. É quando no fim do processo de trabalho, o produto feito se transforma em algo estranho, independente do ser que o produziu. Este estranhamento, esta “diferença de natureza” entre produtor e produto pode ser considerado o ápice para a concepção da alienação. Pierre Clastres, em sua obra *A sociedade contra o Estado* (1974) já deixa a possibilidade de uma “origem da alienação do trabalho” na criação do Estado e na obrigação de se trabalhar compulsivamente para a satisfação das classes dominantes, não trabalhadoras, que o Estado proporciona o privilégio da dominação.

Marx ainda define o que é a Ideologia, como equivalente a ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida. Através da ideologia, são construídos (produzidos) imaginários e lógicas de identificação social cuja função seria camuflar o conflito (entre as classes sociais), esconder a dominação que ocorre da classe dominante e de seus ideais, ocultando a presença do particular, e arremetendo a aparência de universal. Dessa forma, é construída a hegemonia da classe dominante; sendo que a ideologia é um instrumento de manutenção da ordem social que faz o Estado requerer de menor uso de violência; da mesma forma que se torna um dos instrumentos de reprodução do status e da própria sociedade.

Karl Marx, em “A ideologia Alemã”, afirma que a concorrência intrínseca ao sistema capitalista isola os indivíduos uns contra os outros, a despeito de os aproximar. Indica que os indivíduos isolados formam uma classe na medida em que têm que travar uma luta comum contra uma classe; e por sua vez, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros. Essa própria subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho, e à classe, só pode ser encerrada, segundo Marx, por meio da abolição da propriedade privada e do próprio trabalho.

## **SOBRE O SUICÍDIO A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA**

Sabemos que o suicídio vem sendo estudado predominantemente a partir de uma análise médica, mas entendemos que para além desta perspectiva, cabe aos Cientistas Sociais uma análise dos determinantes sociais que levaram o indivíduo a tirar a sua própria vida. De acordo com Nilson Netto (2007, p. 4) o conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP, 2003) indica que os fatores determinantes para o suicídio são múltiplos e de interação complexa. E que cerca de 90% dos casos e 40% das tentativas de suicídio estão associados a transtornos mentais, principalmente depressão e a abuso de substâncias psicoativas. Aqui poderíamos tecer inúmeras críticas às instituições, principalmente pelo papel que elas ocupam na configuração do sistema capitalista, um exemplo a indústria farmacêutica, no controle dos indivíduos em geral com a medicalização da vida, para ter controle soberano sobre os indivíduos “doentes”. É importante saber que:

O conceito de medicalização, revisto anteriormente por Tesser<sup>1</sup>, abarca o crescimento

do número de hospitais, indústrias, laboratórios e profissionais médicos; a maior produção, variedade e distribuição de medicamentos; a incorporação de temas pela racionalidade biomédica; o controle dos indivíduos através da medicina; as novas técnicas terapêuticas e a incorporação de aspectos da condição humana (social, econômica e existencial) aos diagnósticos, cura, terapêutica e patologias médicas. (CANESQUI, 215)

Esse debate nos levaria para uma discussão da biopolítica, pensando nos efeitos e os impactos dos saberes, técnicas e intervenções da medicina sobre a normalização das vidas e das sociedades, sem se restringirem aos impactos negativos individuais e coletivas.

Nossa proposta inicial é analisar o suicídio a partir do materialismo histórico dialético. Corroboramos com a ideia de Canesqui (2015) de que existe um controle das instituições sobre os indivíduos, no que se refere aos diagnósticos médicos. Mas a questão é a sociedade capitalista e a realidade concreta. O que os dados nos dizem dos suicídios na sociedade contemporânea capitalista? Como a produção teórica de Marx nos ajuda a pensar esse fenômeno?

O número de suicídio entre os jovens na cidade está ligado a uma série de fatores. Segundo o 1º boletim sobre o suicídio, as principais questões dizem respeito às relações sociais, entre elas problemas familiares, depressão, o abuso de álcool, além das chamadas questões interpessoais, como por exemplo: violência doméstica, abuso sexual, bullying. Nas universidades, no que se refere à ideação e tentativas de suicídio entre os estudantes o número é crescente, sobretudo, nos cursos de medicina e psicologia.

No Brasil o número de suicídio entre os idosos com a idade de 70 anos, está cada vez mais altos (dados indicam que 62% dos suicídios foram causados por enforcamento). Segundo o CAS (Comissão de Assuntos Sociais) a cada 45 minutos uma pessoa se suicida. Com base no senso do Mapa da Violência de 2017 a partir da informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da saúde, a taxa de mortalidade por suicídio entre os homens é maior do que das mulheres, mas, as mulheres tentam com mais frequência. Como nos mostra os dados no período de 2011 e 2016: “foram notificados no Sinan 1.173.418 casos de violências interpessoais ou autoprovocadas. Desse total, 176.226 (15,0%) foram relativos à prática de lesão autoprovocada, sendo 116.113 (65,9%) casos em mulheres e 60.098 (34,1%) casos em homens.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019)

Segundo as pesquisas, a proporção de óbitos por suicídio é maior entre as pessoas que não têm um relacionamento conjugal, 60,4% são solteiras, viúvas ou divorciadas e 31,5% estão casadas ou em união estável. Frente aos dados o casamento pode ser interpretado como um elemento de “proteção” aos homens, mas, no que se refere às mulheres a violência não tem limites na sociedade capitalista. Segundo Fátima Marinho, do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis e Promoção da Saúde, muitos dados do suicídio se perdem, uma vez que existe um tabu das pessoas de classes sociais mais altas por causa de seguro

de vidas e fraudes no laudo médico sobre a morte. Agora, no que se refere às classes sociais mais pobres, consegue-se fazer o diagnóstico de suicídio, pois levam o corpo ao IML (Instituto Médico Legal).

Estes são alguns dados dos quais dispomos. E o que eles nos dizem? A primeira resposta é que as taxas de suicídio estão crescendo. Por isso, se tornou um ofício do Estado, que por sua vez, cria mecanismos de ajuda para buscar uma solução a este acontecimento. A título de exemplo a campanha do Setembro Amarelo com a promoção de valorização a vida e prevenção do suicídio, se tornando um projeto de lei: O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído em todo o território nacional o Plano Nacional de Valorização da Vida, com o objetivo de manter continuamente um sistema telefônico gratuito para atendimento em qualquer horário à pessoas em quadro depressivo ou inclinadas à prática do suicídio, bem como identificar possíveis sintomas, tratar o transtorno e prover o acompanhamento de indivíduos que apresentem o perfil, prevenindo e minimizando a evolução dos quadros que possam chegar ao suicídio. (PROJETO DE LEI 2016)

Ainda com base ao decreto de lei o percurso de prevenção se constitui com a seguintes ações:

I – Promoção de palestras e seminários para orientar e alertar à população sobre como diagnosticar possíveis suicidas, bem como palestras direcionadas aos profissionais de saúde para qualificá-los na identificação de possíveis pacientes que se enquadrem neste perfil; II – Ampla divulgação e exposição do distúrbio, com cartazes citando eventuais sintomas e alertando para possível diagnóstico, utilizando-se, ainda, dos meios de comunicação acessíveis à população; III- Idealização de canais de atendimento pessoal aos diagnosticados ou a aqueles que se encontram com possível sintoma de tentativa de suicídio; IV – Direcionamento de atividades e apoio para o público alvo do programa, principalmente os mais vulneráveis; V – Monitoramento de possíveis casos para avaliação e cuidado promovendo a interdisciplinaridade entre os profissionais que irão atuar no segmento. (PROJETO DE LEI,2016)

Outra ação de prevenção é o CVV – Centro de Valorização da Vida que realiza “apoio emocional e prevenção do suicídio, atendendo voluntária e gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo por telefone, e-mail, chat e voip 24 horas todos os dias.”

Por mais que a intenção seja boa, essa ação que visa solucionar ou amenizar estes fenômenos, tornam-se limitados, tendo em vista, que vimos que se trata de ações ligadas a um fato social total. É inegável que se trata de medidas interessantes e importantes, mas, não tocam o cerne do problema, que tem nome, Sociedade capitalista.

Corroboramos com Marx quando ele afirma que “O suicídio não é mais do que entre os mil e um sintoma da luta social geral.” (MARX,1864, p.29). Essa alegação ainda é contundente quando nos deparamos com esses dados, uma vez que os casos do suicídio estão diretamente ligados aos problemas familiares (modelo de família burguês), as violências de gênero, a questões territoriais, ao trabalho e a consequentemente normatização do sujeito social.

Na obra *Sobre o suicídio*, as críticas de Marx e Pauchet, evidenciam a ineficácia das explicações e análises superficiais sobre o suicídio: “o suicídio é uma ação antinatural e que não se deve considerá-lo um ato de coragem; [...] é mais digno lutar contra o desespero do que a ele sucumbir.” (1864, p.24). Nesse sentido, alega que argumentos como esse não afetam quem a infelicidade domina. Todas essas alegações são produtos de leituras de um determinado tempo histórico, cabe-nos reformulá-las para a contemporaneidade, tendo por base as bases epistemológicas de Marx:

“Acreditou-se que se poderiam conter os suicídios por meio de penalidades injúrias e por uma forma de infâmia, pela qual a memória do culpado ficaria estigmatizada. O que dizer da indignidade de um estigma lançado a pessoas que não estão mais aqui para advogar suas causas?” (MARX, 1864, p.27).

#### Marx expressa indignação no mesmo parágrafo:

“De resto, os infelizes se preocupam pouco com isso e, se o suicídio culpa alguém (perante Deus), é antes de tudo as pessoas que ficam, já que, de toda essa grande massa de pessoas, nem sequer um indivíduo foi merecedor de que se permanecesse vivo por ele.” (2016, p.28).

O indivíduo se forma a partir da sua relação com a realidade concreta, isso significa que os indivíduos estão diretamente ligados à produção material de existência que são historicamente e socialmente dadas pelo movimento dialético. Nas palavras de Marx, “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual, não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas o contrário, o ser social que determina sua consciência. (MARX, 1859, p.128). Partindo do texto *Crítica à Economia Política*, podemos inferir, segundo Netto (2015), o suicídio como uma atividade humana que sempre está atrelada ao sistema social no qual se desenvolve seu processo, justamente por não ser uma atividade abstrata.

O resultado que chegamos a partir dos nossos estudos vai de encontro com a crítica a sociedade burguesa de Marx de que “Na produção social da vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas materiais” (MARX, 1978, p.129) Na contemporaneidade observamos que as múltiplas determinações da vida material absorvem o indivíduo no processo produtivo. Isso equivale a dizer que “a totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 1859.p.129-130).

As relações jurídicas, assim como as formas do Estado não podem ser explicadas por si mesmas, uma vez que suas relações têm suas raízes nas condições materiais de existência. Por isso que o debate acerca do fenômeno do suicídio não pode se limitar apenas nas áreas da saúde. Segundo Sawaia:

Saúde é um fenômeno complexo e não basta a ampliação do enfoque biológico,

no sentido de abranger o psicológico e o social, como variáveis, para superar a dicotomia mente-corpo instalada por Descartes. Saúde é uma questão eminentemente sócio-histórica e, portanto, ética, pois é um processo da ordem da convivência social e da vivência pessoal. (1995, p. 157).

A relação entre superestrutura (Estado, Direito, Ideologia, Cultura, Religião) e infraestrutura (Meios de Produção, Relações de Produção) desestabiliza as bases de compreensão do ser social. Nesse cenário as ferramentas de controle passam por uma sofisticação:

[...] assim como não se julga o que o indivíduo é a partir da ideia que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 1859, p.130).

Assim, para concluir, nossa proposta inicial era agenciar a teoria de Karl Marx para desenvolver uma leitura sobre o fenômeno suicídio na sociedade capitalista. Notamos o quanto suas contribuições teóricas, e sobretudo, o método Materialismo Histórico Dialético, nos são pertinentes para analisar questões prementes da sociedade capitalista. Ao analisarmos os dados sobre o aumento do suicídio no Brasil e qual é o público agente dessas ações, observamos o quanto é necessário um olhar mais amplo e cuidadoso para este fato. Isto posto e desenvolvido nos resta afirmar: que é preciso nos humanizar, em outras palavras, é necessário caminhar na contramão do processo da desumanização do capital.

## REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São. Paulo: Expressão Popular, 2010.

LÖWY, Michael. Um **Marx** insólito. in **MARX**, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política** (Prefácio de janeiro de 1859)

\_\_\_\_\_. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico. **Suicídio. Saber agir, saber prevenir**. , [S. l.], 22 fev. 2019. Disponível em:<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-aten--ao-a-sa--de.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019

NETTO, Nilson B. **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético**. Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social – PUC/ SP. 2007.

PROJETO DE LEI. [Constituição (2016)]. **INSTITUI O PLANO NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DA VIDA E A CAMPANHA DENOMINADA “SETEMBRO AMARELO”**.. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1432005](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1432005). Acesso em: 21 dez. 2019

SAES, Décio. **O lugar da concepção de sujeito na sociedade capitalista.** In: *Lutas Sociais, São Paulo*, nº 29, Dez., 2012, pp. 9-20

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. **Três fórmulas para compreender “O suicídio” de Durkheim.** *Interface (Botucatu)* [online]. 2002, vol.6, n.11, pp.143-152. ISSN 1414-3283. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832002000200021>.

VIGOTSKI, Lev. **A formação social da mente.** SP: Martins Fontes. Editora Ltda. São Paulo - SP 1991 4ª edição brasileira. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vygotsky-a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO** Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.